

## O futebol e a nação brasileira

**REFERÊNCIA:** SOUZA, D. A. de. **O Brasil entra em campo.** Construções e reconstruções da identidade nacional (1930 – 1947). São Paulo: Anablume, 2008. 220 p.

Feitiço não gostou do pênalti marcado contra sua equipe aos 33 minutos do segundo tempo. Entendeu que o árbitro roubava em favor da seleção carioca e determinou a retirada de campo do *scratch* paulista. O Presidente Washington Luiz, da tribuna de honra do estádio de São Januário, Rio de Janeiro, ordenou que a partida continuasse. O mulato Feitiço decretou: “Ele manda lá em cima. Cá embaixo mando eu.” O surpreendente é que Feitiço não era dirigente, tampouco técnico e nem mesmo capitão do time. Apenas um dos seus *cracks*. E o jogo, final do campeonato brasileiro de 1927, não se concluiu.

Esse é um dos deliciosos episódios revelados no livro “O Brasil entra em

campo”, do professor Denaldo Alchorne de Souza, produzido originalmente para sua pós-graduação em História, na Universidade Federal Fluminense. A pesquisa se concentra no período compreendido entre os anos de 1930 e 1947, quando o esporte nacional ganhou sua configuração básica, com a criação de diversos clubes e entidades de direção, muitos dos quais perduram até hoje. É em 1930 que acontece, no Uruguai, a primeira Copa do Mundo.

É também um período de grandes transformações sociopolíticas planetárias, que influíram intensamente na organização e nos rumos do esporte no mundo, de modo particular no futebol, adotado imediatamente

---

**Sued Castro Lima:** Pesquisador do Observatório das Nacionalidades.

pelos brasileiros como sua modalidade favorita.

Na narrativa de Denaldo, regimes políticos, como o fascismo italiano, o nazismo alemão e o Estado Novo brasileiro intentaram de várias maneiras utilizar o esporte como instrumento de propaganda, de controle das massas e, sobretudo, como forma de autoafirmação nacional. Mussolini, na Copa do Mundo de 1934, serve de inspiração a Hitler, na realização das Olimpíadas de 1936, em Berlim, tornando-se ambos os pioneiros no uso intensivo do esporte pelo Estado, para demonstração da superioridade social e “racial” dos seus povos, e consequentemente dos seus governos, a partir do desempenho dos seus atletas. Se Mussolini teve sucesso completo, com o campeonato mundial de futebol conquistado pela Itália, Hitler amargou o dissabor de assistir o negro norte-americano Jesse Owens acumular vitórias nas principais provas do atletismo: 100 e 200 metros rasos, revezamento 4 x 100 e salto em distância. Mesmo assim, os alemães ficaram em primeiro lugar no quadro de medalhas, com 34 de ouro e 90 no total, seguidos pelos norte-americanos, com 24 e 56, respectivamente.

Tal aproveitamento institucional pelos Estados das competições esportivas levou a distorções graves que se ampliaram ao longo dos anos. Citan-

do Hobsbawn, Denaldo avalia que “as partidas foram transformadas num espetáculo de massa, no qual, em sucessão infindável de contendidas, se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações, o que hoje faz parte da vida global” (p.36). Certamente podemos identificar aí as raízes dos *hooligans* europeus e dos recorrentes embates mortais a que se dedicam as torcidas de diversos clubes brasileiros.

No Brasil, o governo de Getúlio Vargas migrava de um presidencialismo autoritário, no qual o supremo mandatário chegara ao poder por conta do movimento militar de 1930, para a franca ditadura, estabelecida em setembro de 1937. O país onde pontificavam monoculturas, preparava-se para submeter-se a mais uma, dessa feita no campo esportivo: a do futebol. Uma das entidades a surgir para disputar o controle da modalidade, ironicamente, se designou Confederação Brasileira de Desportos, a CBD, embora se dedicasse quase exclusivamente ao futebol. Criada em 1914, somente em 1979 assumiu sua efetiva identidade ao passar a chamar-se Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Apoiado em vasta e rica documentação, o autor acompanha as disputas pelo domínio do futebol, em que cartolas de diversos matizes e autoridades governamentais travam acirrados embates pelo controle hegemônico da

atividade que, já nos seus primórdios, demonstrava ser capaz de promover elevados dividendos políticos e financeiros. As batalhas se sucediam ora entre paulistas e cariocas, ora entre os favoráveis ao profissionalismo e os que defendiam o hipócrita e continuamente fraudado ideal amadorista, tudo temperado pelo racismo escancarado e pelos preconceitos de uma elite que considerava o futebol, por sua fleumática origem bretã, uma modalidade esportiva a ser praticada apenas pelos bem-nascidos.

Denaldo garimpa informações reveladoras dessa situação. Em 1921, o Presidente Epitácio Pessoa concedeu à CBD recursos financeiros para subsidiar a participação do Brasil no campeonato sul-americano, a ser realizado na Argentina, desde que somente fossem convocados atletas brancos (p.33). Em outro episódio, o técnico do Flamengo, Gentil Cardoso, era seguidamente ridicularizado pela imprensa carioca e seus chargistas por tentar implantar uma tática de jogo designada pelas letras WM. Seis anos depois, a mesma tática é aplicada no time rubro-negro pelo técnico Dori Kruschner, sob grandes elogios. Razão da diferença de tratamento: o húngaro Kruschner era branco e o brasileiro Gentil Cardoso, negro (p.135). Um terceiro caso: antes de se tornar ídolo nacional, o insubmisso Leônidas da

Silva, craque negro, era qualificado pela sempre intocável imprensa nacional como mentiroso, irresponsável, ladrão, mercenário e, coroando os belos epítetos, preto safado (p.134).

Gradualmente, em todo o país, o futebol de qualidade vai se transferindo ou se espalhando dos clubes aristocráticos, como o Fluminense, no Rio, e o Paulistano, em São Paulo, para agremiações populares, com pobres e negros abrindo seus caminhos pelo talento individual, a exemplo dos sambistas, que se impuseram como grandes representantes da simbologia musical da nação.

Na disputa pelo poder político no esporte, minuciosamente tratada por Denaldo, já era possível identificar, naqueles anos, outro pernicioso viés que assolaria o esporte brasileiro em geral, e o futebol em especial, através dos tempos: a perenização de cartolas em cargos de direção em lugar do salutar e democrático revezamento em postos de mando. Na época, a disputa se dava principalmente entre o milionário Arnaldo Guinle, defensor da profissionalização dos atletas, dirigente do Fluminense Football Club, e Rivadávia Correa Meyer, do Botafogo Football Club, ardoroso pregador do amadorismo. Reinavam eles naqueles tempos como reinam hoje Ricardo Teixeira (há vinte e um anos presidente da CBF) e Arthur Nuzman (há quinze anos

presidente do COB). Instituíam-se, já então, os conchavos, as traições e as dissidências, num ambiente de tal forma anárquico, que, nas Olimpíadas de Berlim (1936), o Brasil conseguiu a façanha de enviar duas delegações, pertencentes a duas entidades diferentes e rivais, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), sob controle de Guinle, e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), ligada a Rivadávia. Se a presença brasileira destacou-se pelo número de componentes (mais de 100, entre atletas e apoiadores) e de entidades de direção, nada pôde comemorar nas competições, nem uma mísera medalha de bronze!

O vexame levou o governo federal a intervir diretamente na organização do esporte. Enquanto era discutido o grau de envolvimento do poder público na atividade, desencadeava-se uma feroz luta de bastidores pelo seu controle. Fizeram-se presentes na disputa Gustavo Capanema, Ministro da Educação, Francisco Campos, Ministro da Justiça, Lourival Fontes, Chefe do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, Luiz Aranha, irmão de Oswaldo Aranha, e, como o irmão, detentor de grande influência junto a Getúlio e, ainda, os militares.

Passivelmente, o retardamento da intervenção e o embate interno são razões para que a ação governamental ocorresse de forma atabalhoada,

dando partida à recorrente ineficiência da administração pública esportiva, mal existente até hoje, agravado pela crônica inapetência da esquerda brasileira em tratar do tema. Desde então, o governo investe em financiamentos de projetos pífios e na construção de infraestruturas esportivas monumentais; é pródigo com dirigentes e entidades privadas e passa ao largo dos procedimentos viciados, da falta de democracia e da corrupção dominantes no cenário esportivo.

Como observado, a base intelectual da intervenção estatal é dissecada pelo autor. Entre os teóricos mais importantes do período destacava-se João Lyra Filho, bastante ligado ao ministro Capanema, e que entendia ser o esporte a ferramenta fundamental para “subtrair do povo a frouxidão do desânimo, pois cria espírito de luta para o trabalho, dá disciplina para a preservação da ordem social, de conciliação, união e entendimento.” Segundo ele, “o jovem não afeito ao esporte tende a degenerar-se, buscar a boêmia, o bar, o álcool e o fumo” (p.86). Já naquela época, Lyra previa que, sem o esporte, os índices de criminalidade aumentariam. A presença das mulheres era condenada. Capanema as considerava guardiãs da família e sua educação deveria priorizar o lar e os afazeres domésticos. Assim, reprovava fortemente a presença feminina no

futebol e em outras modalidades mais agressivas (p.87).

A pesquisa de Denaldo não se prende exclusivamente a dirigentes, governamentais ou privados. Dedicase também ao agente fundamental, o atleta. O autor elege como referência Leônidas da Silva, o “Diamante Negro”, craque maior da época, considerado por Denaldo o supremo ídolo nacional de todos os tempos. Ele acompanha a trajetória de Leônidas, da sua infância à glória, e daí ao fim, consumido aos 90 anos de idade pelo câncer e pelo mal de Alzheimer, numa clínica para idosos.

Sua principal fonte bibliográfica é a obra “O negro no football brasileiro”, do jornalista Mário Filho (1908/1966), irmão de Nelson Rodrigues. O autor assume sua admiração apaixonada pelo atleta, estigmatizado pela imprensa, mas idolatrado pelo povo. Num indisfarçável entusiasmo pelo lado macunaímico do polêmico jogador, Denaldo resvala para o elogio à má compostura, como se essa faceta compusesse a adequada reação do cidadão talentoso, mas pobre, ante o predomínio da burguesia. Segundo ele,

Se as classes dominantes afirmavam seus valores de nação brasileira a partir de uma encenação teatral cujos principais elementos eram a ordem, a disciplina, o trabalho, a união, a obe-

diência, a hierarquia e o homem novo, os trabalhadores devolviam essa concepção de nação de “cabeça para baixo” por meio de um mito que representava valores totalmente contrários. Leônidas representava justamente a indisciplina, a rebeldia, a malandragem; mas era também a diversão, a arte, o improvisado, a genialidade, o mundo do lazer e da alegria” (p.144).

É custoso concordar com a visão de que o brasileiro comum tenha elegido a anarquia e a preguiça como seus grandes valores. Pior ainda se tais valores forem adotados por atletas, pois, se assim fosse, estaríamos condenados a jamais ter competidores de ponta, dos quais são exigidas inapelavelmente dedicação extrema aos treinamentos, disponibilidade quase exclusiva, superação e muita, mas muita mesmo, disciplina.

Não é pequeno o time dos que entendem o esporte como importante instrumento educativo, no qual o jovem aprende regras necessárias à boa convivência social, tais como o respeito às normas pré-definidas na busca de resultados favoráveis e o sentido do trabalho coletivo em prol de um objetivo comum. Em recente artigo, Ana Mozer, ex-atleta da seleção brasileira de voleibol, com numerosos títulos nacionais e mundiais, atesta que

a educação esportiva tem como resultado a formação de indivíduos autônomos, críticos, cons-

cientes e, sobretudo, independentes. O esporte trabalhado na dimensão educacional desenvolve valores essenciais, ultimamente esquecidos em nossa sociedade, como a solidariedade, o respeito ao próximo e às regras, a tolerância, o sentido coletivo e a cooperação. O esporte educacional cria oportunidades para o aluno desenvolver estratégias, resolver problemas e enfrentar a vida em sociedade (FSP, 18/2/2010).

importância para tantos quantos queiram entender as relações entre a formação da estrutura esportiva brasileira, com ênfase na área do chamado esporte bretão, e a construção da nacionalidade brasileira.

No livro “Futebol ao sol e à sombra” (L&PM, 2004), Eduardo Galeno cita o dirigente brasileiro João Havelange, ex-presidente da FIFA, para informar que o futebol atualmente fatura no mundo mais que qualquer corporação multinacional. Segundo Galeno, a revelação de Havelange é incomum, pois há uma férrea preocupação dos dirigentes em esconder a efetiva movimentação de valores. Não é ocioso considerar que Havelange constata hoje o que Arnaldo Guinle já adivinhava nos anos 1920, isto é, a existência no futebol de um poderoso atrativo capaz de arregimentar tantas e tão “despojadas” personalidades, como Vicente Mathews, Eurico Miranda, Eduardo Viana e o indefectível Ricardo Teixeira: os formidáveis lucros. Talvez resida aí, também, a explicação de sermos tão bons no futebol e tão decepcionantes em quase todas as demais modalidades, em regra, menos rentáveis.

Simpatias insólitas à parte, “O Brasil entra em campo” é obra da maior